

Uma crítica à postura intencional de Dennett

A critique of Dennett's intentional stance

Márcio Francisco Rodrigues Filho
Universidade do Vale do Rio dos Sinos
marcio.francisco.rodrigues@gmail.com
<http://lattes.cnpq.br/7447406465232431>

Resumo

Neste artigo, critico um pressuposto da ferramenta pragmatista da filosofia da mente dennettiana, os Sistemas Intencionais: a teoria requer a atribuição de intencionalidade a Sistemas Complexos, como, por exemplo, cães, gatos e animais humanos, independentemente desses sistemas possuírem ou não estados mentais. Dennett não se compromete com a ontologia das mentes, pois é tudo uma questão de saber se a sua “teoria preditiva funciona”, ou seja, se ela é útil. Argumento que esse pressuposto é inútil apresentando a distinção entre ontologias atribuídas e derivadas no que se refere a estados mentais, mostrando que Dennett ignora essa distinção injustificadamente em favor da “utilidade” da sua tese. O trabalho se dará em três partes. Na primeira, apresento o conceito que irei criticar, depois apresento as razões que sustentam minhas críticas e, no final, lanço um diagnóstico do que parece ter ocasionado o erro pragmatista.

Palavras-chave

Postura intencional; Pragmatismo; Crenças; Desejos; Dennett.

Abstract

In this article I criticize an assumption of Dennett's pragmatic philosophy of mind, the intentional systems: the theory requires the assignment of intentionality to complex systems such as, for example, dogs, cats and humans, regardless of whether those systems have or not mental states. Dennett does not commit to any ontology of minds; on his view it is always just a matter of knowing if the “predictive theory works”, that is, if it is useful. I argue that this assumption is useless by presenting the distinction between allocated and derived ontologies in relation to mental states, showing that Dennett ignores this distinction unjustifiably in favor of the “utility” of his thesis. The text has three parts: in the first, I present the concept that I will criticize; then, I show the reasons supporting my criticism and, at the end, I suggest a diagnosis of what seems to have caused the pragmatist error.

Keywords

Intentional stance; Pragmatism; Beliefs; Desires; Dennett.

1. Introdução

Neste artigo, busco mostrar que o conceito de postura Intencional dos Sistemas Intencionais da filosofia da mente de Dennett é falho. Isso por que esse conceito pragmatista¹ requer a atribuição de crenças e desejos ao comportamento de animais não-humanos em favor da utilidade da sua tese (Dennett, 1987; Dennett, 2011). Esta atribuição é um pressuposto

¹ Utilizarei o termo pragmatista para fazer alusão a teoria da verdade do pragmatismo, uma concepção filosófica proposta por pensadores norte-americanos no final do século XIX. Os mais famosos foram Charles Sanders Peirce, Williams James e John Dewey que defendiam conseqüências práticas ao invés de teorizar abstratamente. “Para um pragmatista, quando você tem uma escolha quanto ao acreditar a crença verdadeira é a que trás maior benefício prático” (Goldstein, 2007, p. 89).

pragmatista que buscarei demonstrar ser infrutífero. Começo aqui apresentando os pressupostos e conceitos essenciais da tese para mostrar o que irei criticar. Depois, na segunda seção desse artigo lanço alguns contra-argumentos à tese da postura intencional, apresentando as razões que tenho para declarar que o pressuposto pragmatista de Dennett é inútil. Por fim, apresento um diagnóstico do erro mostrando que Dennett ignora uma distinção comum na linguagem em favor da sua retórica. Assim, como este é um artigo de filosofia, nada melhor que começar perguntando: o que é a postura intencional dennettiana e qual o pressuposto desse conceito que defendo ser errôneo?

Na concepção de mente dennettiana, os estados mentais são entidades fantasiosas, ou seja, as entidades mentalistas como crenças e desejos, por exemplo, não existem em termos físicos estritos (Dennett, 2011). O "mentalês", como diz Dennett, possui uma ontologia lingüística, ou seja, não existe fora da linguagem, pois é apenas "linguagem do pensamento" (prática social muitíssimo útil adotada por diversos povos em suas relações sociais para descrever o comportamento humano através de crenças e desejos, por exemplo) (Dennett, 1991).

Os estados mentais são apenas descrições "mentalistas" dos termos da psicologia popular,² por que Dennett pretende fazer uma descrição da mente sem abordar qualquer aspecto introspectivo, subjetivo. Dennett propõe uma visão naturalista extremada, no estilo de Quine, onde apenas teses científicas, na terceira pessoa, podem servir de base para análise filosófica em *Consciousness Explained* (Dennett, 1991; Filho, 2014, p. 116).

Uma postura intencional é aquela que descreve o comportamento de um sistema complexo, predizendo por que um determinado sistema, como um robô ou um cachorro, por exemplo, tem determinadas ações e não outras (Dennett, 1987). Quando descrevemos coisas do tipo: "o cão comeu toda a ração porque estava com fome" ou "o computador deu um cheque com o cavalo, pois tinha a intenção de ganhar o jogo", nós, agentes racionais estamos adotando uma postura intencional. Porque estamos descrevendo em termos "mentalistas" (crenças, desejos e intenções: psicologia popular) os motivos que levaram os sistemas intencionais a agir da forma que agiram (Santos, 2013).

Assim, um *sistema* é ou não, intencional, quando utilizamos a ferramenta dennettiana (a postura intencional) para predizer o seu comportamento. No entanto, por que Dennett adota esta posição cética para com a intencionalidade? Esta predição de comportamento se torna necessária, segundo Dennett, porque não há um lugar no cérebro ou no mundo onde possamos encontrar a intencionalidade. Desde Brentano (1838-1917), que retomou o termo "intencionalidade" da escolástica na modernidade, a intencionalidade foi entendida como a característica que distinguia o mental do físico e por isso, não haveria como reduzir a consciência a outro fenômeno físico subjacente. Este é o ponto que Dennett quer refutar, como um materialista fiscalista ele pretende dar uma explicação para a consciência em termos científicos, que podem ser reduzidos à física. Intencionalidade, por definição, na tradição fenomenológica é a característica que os estados mentais têm de possuir um conteúdo que é dirigido a, ou se referir a, um objeto, ou estados de coisas no mundo (Brentano, 1995).

No entanto, para Dennett isto é fantasioso, não há um lugar no cérebro onde iremos encontrar a consciência e onde tudo se reúna ali, num fluxo contínuo, tão pouco,—há intencionalidade genuína. Antes, o que acontece é um processo de "revisão editorial" feito pelos

² A *folk psychology* é uma expressão batizada por Dennett em 1981. É uma teoria sobre hábitos. Os hábitos que temos de explicar o comportamento das demais pessoas a nossa volta, quando recorremos a ideias que são comuns a nós, como *intenção*, crenças e desejos, por exemplo (Teixeira, 2008, p. 33).

nossos cérebros no que diz respeito à consciência. Em Dennett esse processo é chamado de modelo de "esboços múltiplos" (diversas partes dos nossos cérebros disputam através de "pequenos demônios" [nossas mentes] o que será posto em questão, ou seja, o que se torna "consciente") (Dennett, 1991).

A intencionalidade não passa de uma postura que nós, seres racionais, adotamos para explicar o comportamento de um sistema complexo atribuindo crenças, desejos e intenções ao sistema predito. É exatamente este pressuposto que penso ser falso, como procurarei mostrar na próxima sessão. Dennett adota uma postura pragmatista, ou seja, "utilitarista", frente à intencionalidade. No entanto, como procurarei mostrar, é inútil acreditar em crenças falsas, já que assim como Russell (2003), também acredito que as consequências pragmatistas, ou seja, utilitaristas, decorrem automaticamente da verdade.

Ao adotarmos a postura intencional, nós não estamos falando de entidades físicas objetivas, mas apenas fornecendo uma explicação racional, abstrata, das experiências que estamos tendo a respeito daquilo que acreditamos estar ocorrendo com o sistema complexo predito (cão, gato, ou ainda, animais humanos ou robôs). Assim, um sistema é possuidor de intencionalidade quando utilizamos termos da psicologia popular para fornecer nossa explicação de seu comportamento (Filho, 2014).

Pode-se dizer então que a intencionalidade não é uma propriedade intrínseca dos estados mentais conscientes, isto é, em Dennett a intencionalidade não é indispensável para explicar a consciência, pois não é um fenômeno intrínseco, sem o qual não exista consciência. Afinal de contas, segundo Dennett e o pragmatismo norte-americano, aquilo que importa em uma teoria científica ou filosófica é a utilidade dos conceitos e se podemos reproduzir as funções dos objetos analisados em uma pesquisa (Nascimento, 2011).

O que são as entidades, os objetos do mundo real? São coisas materiais que possuem funções, diria Dennett. Portanto, se, por exemplo, um sistema complexo X, que é feito de um material Y e possui uma função Z for feito por um material W e, não Y, mas continuar exercendo a função Z; não há mais nada a ser explicado sobre X, pois suas funções foram ou podem ser recriadas, replicadas. É dessa mesma forma que a intencionalidade precisa ser vista, através de uma perspectiva funcionalista, pois a intencionalidade é apenas um objeto formal e abstrato, uma característica abstrata dos sistemas intencionais que nós predizemos e, exatamente por isso, ela não pode ser definida em termos de uma estrutura física específica (Hofstadter; Dennett, 1981).

Assim, embora a intencionalidade seja uma característica das mentes conscientes ela passa a ser uma postura, isto é, intencionalidade é algo adotado por aquele que analisa o comportamento desses sistemas complexos (sistemas intencionais) e deriva, a partir de sua experiência em primeira pessoa, crenças e desejos de outros (Dennett, 2006). Por isso, Dennett acredita que a intencionalidade pode ser sim, descrita em termos físicos, ao contrário do que a tradição fenomenológica pensa. A intencionalidade deixa de ser uma característica do mental irreduzível ao físico, pois os estados mentais não são intencionais, já que eles não possuem um conteúdo e não são dirigidos à coisa alguma. A intencionalidade passa a ser uma ferramenta pragmática de análise usada por agentes racionais complexos para explicar do comportamento de outros agentes complexos (Santos, 2013).

No funcionalismo dennettiano, se um sistema com inteligência artificial, como um computador, por exemplo, instanciar um programa adequado, ele apresentará intencionalidade, pois poderemos constatar seu comportamento intencional através da interação com o sistema

(Dennett, 1987). Como vimos, as características físicas da intencionalidade passaram a ser interpretadas somente como ondas sonoras causadas por falantes de uma língua natural ao predizerem o comportamento de sistemas complexos. A ontologia da intencionalidade parece ter sido, como espera Dennett, reduzida à linguagem. Uma vez que fora de uma postura intencional que se utiliza do mentalês (termos da psicologia popular: crenças, desejos e intenções, etc.) não há intencionalidade em termos estritos, físicos, pois ela é apenas uma postura que adotamos frente a sistemas racionais para predizermos o seu comportamento (Dennett, 2011). É sabido que Dennett não se compromete com a ontologia da intencionalidade, pois sugere que a sua explicação é útil e ponto final, porém, na próxima seção eu gostaria de revisar isso.

2. A atribuição de racionalidade é um pressuposto útil?

Agora buscarei apresentar em pormenor o pressuposto da tese da postura intencional que acredito ser falso, pois não cumpre aquilo que propõe. Para mais adiante, apresentar alguns contra-argumentos.

Parece que Dennett está preocupado com a pragmática, com a utilidade que possui a predição da disposição comportamental dos organismos analisados. Este objetivo pragmatista mostrarei que é inútil. Afinal de contas, se Dennett requer, através de sua tese, que assumamos ser o caso que animais não-humanos, humanos e máquinas lidem com conceitos abstratos em prol da pragmática da tese, esta precisa ser de fato útil. Dennett precisa demonstrar que mesmo que ele não se comprometa com a ontologia da intencionalidade, isto é, mesmo que ele esteja falando de intencionalidade sem se comprometer com a sua existência, ou com a forma que a intencionalidade é no mundo, ainda assim, sua tese é útil. Porém, caso a sua tese seja inútil e requera a atribuição de entidades a coisas que não as possuam, então acredito que temos um problema.

É necessário salientar que para o pragmatismo, a verdade não tem nada a ver com os fatos. Porém, como analisar as "consequências práticas" da tese, se não através dos novos fatos produzidos pela adoção da tese em questão? Digo isso por que para a postura intencional funcionar, ter "consequências práticas", a tese precisa demonstrar que a utilidade é mais importante para a ciência do que a sua "correspondência com os fatos"³ (Russell, 2003).

Se Dennett afirma não estar comprometido com a ontologia da intencionalidade, pois o que importa são as consequências práticas da sua teoria, mas a postura intencional não tem consequências práticas, então Dennett está errado. Porque não faz sentido deixar de abordar "o que é o objeto", o fato ou estado de coisas no mundo para abordar somente as consequências pragmáticas das hipóteses, quando na verdade não há utilidade nenhuma nisso. Já que assumir que a única interpretação válida para analisar a consciência seja a feita pragmaticamente (quando é reconhecidamente inútil ignorar outras perspectivas como a ontológica, por exemplo) é incorrer em petição de princípio.⁴

³ Adoto uma visão comum na filosofia analítica contemporânea de verdade. Verdade é "algo que é o caso" (Russell, 2003). É verdade que choveu ontem se for o caso que choveu ontem, do contrário, é falso que choveu ontem. Aquilo que é falso, por definição não é verdade (Goldstein, 2007).

⁴ Segundo Hansen (2015), uma petição de princípio é uma falácia que pode ocorrer de inúmeras formas. Uma delas é assumir uma proposição antes de demonstrar que ela é verdadeira. Por exemplo:

Um psicopata tem todas as virtudes.

Uma das virtudes é a benevolência.

Assim, um psicopata é benevolente.

Antes de apresentar meus argumentos, agora vejamos mais sobre a filosofia de Dennett. Segundo Teixeira (2008), Dennett é um pragmatista, sabe-se que o pragmatismo⁵ é uma escola filosófica surgida nos Estados Unidos no final do século XIX e começo do século XX, sobre o problema que se colocava entre a filosofia e a ciência moderna:

O pragmatismo formula, em princípio, que o interesse e a importância de um conceito residem unicamente nos efeitos diretos que o mesmo pode ter na conduta humana. Dessa forma, essa teoria se insurgiu contra disputas teóricas fundadas nas antinomias clássicas, tais como aparência/realidade, material/espiritual, subjetivo/objetivo, enquanto tópicos controversos da filosofia tradicional (Nascimento, 2011, p. 47).

Se Dennett é um pragmatista, então sua filosofia se empenhou em tornar claro o conteúdo dos conceitos, fazendo desses, instrumentos e não respostas para enigmas. Afinal como disse James (1907), um dos pais do pragmatismo, esse é o “Método de resolução de disputas metafísicas intermináveis” (James, 1975, p. 28). Se existe algo intrínseco, que faça parte da essência do objeto, ou que seja indispensável para o objeto existir, não interessa, porque as hipóteses servem para identificar as consequências práticas de uma teoria. Por isso, digo que Dennett descreveu “Os Sistemas Intencionais” como um instrumento de pensamento para conhecer, analisar, descrever seu objeto de estudo, mas para quê? Para apresentar as consequências práticas da adoção de sua tese, mas nisso, argumentarei que ele falha.

Não estou sozinho ao afirmar que a filosofia pragmatista é uma visão superficial sobre a "relevância" dos fatos. Até porque parece muito fácil "saber quando as consequências de uma crença são boas - fácil a ponto de uma teoria do conhecimento não precisar levar em conta uma coisa tão simples" (Russell, 2003, p. 113). Se uma teoria condiz com os fatos, as consequências são óbvias, mas como encontrar uma teoria que seja útil, condizente com os fatos, quando os fatos não são levados em consideração? Como encontrar a utilidade se a verdade não tem nada a ver com os fatos?

A tese da *postura intencional* não põe em questão a preferência de uma ou outra noção a respeito da análise do comportamento, apenas interpreta o comportamento tendo em vista suas consequências práticas. No entanto, não parece ter uma consequência prática relevante assumirmos que animais não-humanos portem crenças e desejos, isto é, não me parece útil, atribuir o uso de conceitos por parte dos animais não-humanos.

Cada um de nós é livre para adotar a postura que quiser frente a objetos, pessoas ou estados de coisas no mundo (Searle, 2007). Dennett sugere que a intencionalidade é uma postura que nós, animais-humanos, através da psicologia popular, adotamos frente a sistemas que se comportam de forma racional com o mundo. Porém, a utilidade desse conceito reside unicamente nos efeitos diretos que a postura intencional teria na cultura humana. Por isso, acredito ter dois motivos que demonstram que é mais fácil descobrir se uma crença é verdadeira ou falsa e que crenças verdadeiras expõem sua utilidade automaticamente, enquanto é difícil descobrir a utilidade de uma crença, se ela for falsa (Filho, 2014).

⁵ Tradição filosófica originada nos EUA por volta de 1870. Uma teoria é verdadeira quando uma teoria é útil. Os pragmatistas clássicos foram Charles Sanders Peirce (1839-1914), William James (1842-1910) e John Dewey (1859-1952) (Goldstein, 2007).

Primeiro, penso que as consequências pragmáticas da postura intencional são enganosas se a utilidade da tese vem da facilidade e praticidade proporcionada pela postura intencional. A postura intencional fracassa se seu ponto é pragmatista, pois sempre é mais fácil encontrarmos a verdade de algo do que a sua utilidade, pois é mais fácil sim, nós atribuirmos mente a tudo que se comporte como sendo um agente racional. Porém, somente o indivíduo que de fato, tem uma mente intrínseca ao seu organismo, causada pelo seu próprio organismo, até então, pode atribuir características, como por exemplo, "ter uma mente" a alguma coisa.

Se não fosse assim precisaríamos afirmar que ninguém tem uma mente, ou seja, subjetividade, que "coisas", "seres" com mente não existem, pois o que atribuiria uma mentalidade a eles? Deus? Caso abandonássemos essa distinção entre mentalidade intrínseca e mentalidade derivada, ou seja, se todas as mentes fossem derivadas de outras mentes, não haveria um círculo vicioso aqui? Se nada tem uma mente, mentes não existem, são apenas atribuições. Porém, o que tem a intenção de fazer atribuições? Descartes (1596-1650) bem observou que posso duvidar de tudo, menos que sou eu quem está duvidando de tudo, que estou tendo esta experiência de "duvidar de tudo". Se a subjetividade existe, a experiência subjetiva individual em primeira pessoa existe, então a pressuposição dennettiana da atribuição de racionalidade a qualquer organismo vivo que se comporte de forma inteligente com o meio ao qual estão inseridos parece incorrer em contradição.

Em segundo lugar, penso que a utilidade de uma pesquisa científica não depende de pressupostos falsos serem tomados como verdadeiros, mas Dennett se preocupa com as consequências úteis das suas hipóteses e não com os fatos, a fim de forjar a Postura Intencional. Porém, pensemos o seguinte: suponhamos que Márcio não tenha tido acesso a nada da história da cultura ocidental contemporânea, pois fui criado em uma tribo indígena no meio da Amazônia. Dessa forma, parece-me que acreditar que o sol gira em torno da Terra é mais fácil, por exemplo, para o Márcio criado em uma tribo indígena, do que acreditar que a Terra gira em torno do sol.

É mais intuitivo ter essa crença falsa, pois ela é mais útil dentro da cultura do Márcio, já que ele vê o sol nascer de manhã de um lado da sua oca e se pôr à tarde, do outro lado. Márcio não sabe que a Terra gira em torno de si mesma. Portanto, é mais útil neste caso acreditar numa crença falsa, pois é mais fácil Márcio acreditar, como acreditava a humanidade há algum tempo atrás, que é o sol que girava em torno da Terra.

Mesmo assim é possível demonstrar que Márcio tem uma crença falsa, isto é, que na verdade é a Terra que girava em torno do sol. Porém, ainda assim, após Márcio ficar sabendo da "verdade", daquilo que ocorre de fato, Márcio pode preferir ficar com a sua crença, pois ela é mais fácil (útil) para ele. Acreditar no que ele vê por ser mais fácil é uma coisa, mas Márcio conseguir dar mais utilidade a sua crença falsa do que a utilidade que a crença verdadeira dá é outra coisa.

Márcio poderia dizer que acreditar na sua opinião indígena é mais fácil e plausível, por exemplo, por esse e aquele outro motivo, além do fato de que ele, Márcio, nunca foi para o espaço. No entanto, Márcio não conseguiria encontrar nenhuma utilidade na sua crença além de utilizá-la para acreditar nas coisas que ele deseja acreditar por ser mais útil para ele, dar menos trabalho intelectual.

A tese da *postura intencional* troca a verdade pela utilidade. No entanto, como venho argumentando até aqui, parece ser mais fácil descobrir a verdade, do que a utilidade de acreditar em uma crença falsa. Tornando a postura intencional de Dennett uma crença

pragmatista descabida, sem sentido. Dennett defende que acreditar que cães e gatos tenham racionalidade, portem crenças e desejos, seja útil (verdade) é um ganho, um benefício, pois desmistificamos o conceito de intencionalidade. Porém, reduzir a ontologia da intencionalidade à linguagem não parece ser uma estratégia útil, se a Postura Intencional for inútil.

Acreditar que cães e gatos tenham crenças e desejos não torna a vida de ninguém mais útil, pois em nada adianta acreditar no que se queira apenas para descrever através de conceitos algo que não é o caso, pois isto é contar uma história de ficção e não uma história baseada em fatos. Acreditar em algo ficcional como sendo "real" pode não ser só inútil, mas também perigoso. Acreditar que uma arma não pode me matar, pois sou o super-homem e armas de fogo não me matam, pode pôr minha vida em risco, por exemplo. Diante disso, sugiro que se não pudermos ganhar nada, além de acreditar naquilo que queremos, ao transformar a "utilidade" em "verdade", como a tese da *postura intencional* faz, então, devemos rever nosso critério de verdade, pois isso levaria a uma completa relatividade improdutiva para fazer filosofia ou ciência séria. Afinal, parece-me óbvio que se minha crença de que está chovendo é verdadeira e eu não tenho o desejo de me molhar, acreditar nos fatos me traz consequências práticas relevantes (Filho, 2014).

3. Diagnóstico: negligenciando ontologias

Aqui apresento um diagnóstico, isto é, uma hipótese de por que a tese da postura intencional acarreta em uma confusão conceitual inútil, pois há uma distinção básica negligenciada por Dennett. Apresento essa distinção das linguagens naturais de animais-humanos entre descrições derivadas/atribuídas e descrições intrínsecas, para depois, em um segundo momento, declarar três razões que sustentam serem fortes para que não aceitemos a postura intencional dennettiana como sendo uma tese válida se aquilo que importa são as consequências práticas de uma teoria.

Antes de mais nada é preciso dizer que nós, seres racionais, detentores de uma linguagem natural abstrata/conceitual, podemos descrever e proferir atribuições de entidades a outras entidades no mundo. Nós, animais-humanos, podemos fazer isso por que possuímos uma mente, uma subjetividade, isto é, nós, ao experimentarmos o mundo, podemos o descrever se quisermos, a partir das nossas capacidades cognitivas, o que as coisas têm, por que nós dizemos que elas têm e o que nós temos, por exemplo, porque isso nos permite dizer aquilo que podemos dizer (só uma mente intrínseca pode atribuir características mentais a alguma coisa). Essa distinção da linguagem entre organismos que produzem sua própria mente (descrição de subjetividade intrínseca) e organismos que não possuem uma mente (descrição de subjetividade derivada/atribuída) faz parte da comunicação humana.

Se tropeço com o dedo mindinho na quina de um armário posso gritar, por exemplo, "ai, esta coisa quis me matar", ou ainda, posso, ao jogar xadrez com meu computador, dizer a ele "você não pode ganhar do papai". Poder fazer essas coisas como bem notou Dennett, não significa que haja algo ali, isto é, que alguém deva se comprometer com algum tipo de ontologia a respeito da mentalidade do armário ou do computador (intenções). Apenas fazemos isso porque é útil, porque serve para nós nos comunicarmos. Será que Dennett tem razão? Por um lado é útil poder fazer alguma "coisa", se esta "coisa" é um desejo, afinal se realizar nossos desejos é bom e procuramos o prazer e não a dor, então, satisfazer nossos desejos é algo útil. Porém, é preciso lembrar que a utilidade de uma tese advém das crenças corresponderem aos fatos que a tese implica, e não se nossos desejos sejam satisfeitos.

Desejos são satisfeitos se o mundo se ajusta a eles. A direção de ajuste dos desejos é mundo-mente. Se você tem o desejo de ficar rico (tem isso em mente) e ter um milhão (em sua

opinião) é ficar rico, então não importa que você ganhe um milhão de herança de um parente que não conhece, tão pouco, que você ganhe um milhão na loteria, ou ainda, que um amigo ganhe vários milhões e lhe dê um milhão. Isto porque para que seu desejo de ficar rico seja satisfeito é necessário apenas que o mundo se adapte ao que você quer. Por outro lado, as crenças não funcionam assim. Acreditar que "está chovendo em São Leopoldo agora" depende, sobretudo, que "esteja chovendo" de fato no mundo em um determinado tempo; porque para uma crença ser satisfeita a direção de ajuste é mente-mundo. Para sua crença ser verdadeira de que "chove agora", é necessário que esteja "chovendo agora" (Searle, 2002).

Porém, as atribuições, sejam elas verdadeiras ou não, são causadas por alguma coisa, pois elas vêm de algum lugar, as pessoas as escutam; atribuições existem! Penso que seres com subjetividade intrínseca são aqueles seres detentores de uma mente consciente, por exemplo, aqueles que estão lendo isto agora. Mentes intrínsecas são produzidas pelos sistemas nervosos altamente complexos que causam em nós, seres portadores de uma mente genuína (intrínseca) de alguma forma, suas experiências subjetivas. Esses seres possuidores de mentes causadas pelo seu próprio organismo, como você, por exemplo, têm a capacidade de atribuir subjetividade a outras entidades que não as possuem de forma intrínseca. Assim, preservar essa distinção entre mentalidade intrínseca e derivada, permite-nos evitar equívocos, mas não é isso que Dennett pretende.

Além disso, gostaria de demonstrar que a negação dessa distinção entre uma ontologia atribuída e uma ontologia derivada em favor da utilidade da tese da postura intencional é inútil por três motivos. Para isso, suponhamos agora que a tese da *postura intencional* está correta, ou seja, que a postura intencional além de ser útil, tem sim, um grande poder preditivo de explicação do mental (embora mente não exista de fato como um objeto, pois não é produzida por nada e não está em lugar nenhum, é apenas um fenômeno da nossa linguagem como Ryle⁶ já afirmou em *The concept of mind* (1949).

Em primeiro lugar, penso que é intuitivamente implausível adotar a postura intencional dennettiana. Não é fácil acreditar que não há diferença entre o desejo de meu computador me ganhar no jogo de xadrez e o meu desejo de tomar uma dose de uísque. Parece-me diferente porque não quero tomar qualquer uísque, aliás, já que "tenho" uma mente intrínseca, o desejo que tenho de tomar uma dose de Jack Daniels em homenagem a tese de Daniel Dennett e o "desejo" que o meu computador tem de me ganhar uma partida de xadrez me parecem ser diferentes. Como já havia muito antes de mim notado Searle (2010), no caso do meu notebook esta afirmação sobre o desejo dele me ganhar num jogo de xadrez, parece ser apenas uma comparação útil de se fazer para descrever a sua ação em alguma circunstância. Situação parecida com minha acusação ao meu armário, após ter tropeçado nele com o mindinho: eu simplesmente "quis" fazer aquilo.

No entanto, meu desejo de beber uma dose, sem gelo, de Jack Daniels e não outro uísque, não é atribuído a mim pela utilidade da adoção de certa postura ou não. Antes, a minha vontade de tomar esse uísque ocorre pelo fato de ter esse desejo, disso ocorrer em mim, porque me sinto assim com esse desejo, meu desejo tem um significado, que o desejo atribuído por mim a um computador de "querer me ganhar no xadrez" não tem (Searle, 2013).

⁶ Filósofo que lecionou em Oxford da década de 20 à década de 60, no século XX e foi professor de Dennett. Criticou o dualismo cartesiano, tentando suprimir a ideia de mente (substância lógica cartesiana), pois tal concepção seria um engano (Matthews, 2007, p. 65). Para Ryle, Descartes "representa os fatos da vida mental como se pertencessem a um tipo ou a uma categoria lógica (ou uma variedade de tipos de categorias), quando realmente pertencem a uma outra" (Ryle, 1949, p. 13-14), a consequência seria, na opinião de Ryle, que daí derivaria o mito do *fantasma na máquina*. A mente não seria uma coisa específica, mas sim uma forma que temos para nos referir a uma série de propriedades e relações dos seres humanos com o ambiente.

Este ponto notado por Searle (2010) de um desejo atribuído ao meu notebook e o relato de um desejo meu, carrega uma diferença crucial: a diferença entre um fenômeno mental intrínseco meu, o desejo de beber Jack Daniels (que é produzido pelo meu organismo em contato com o meio ambiente) e um desejo atribuído ao meu computador (por mim), de que ele quer me vencer na partida de xadrez. “Em suma, se um sistema tem de fato crenças e desejos é totalmente independente de acharmos útil, ou não, atribuir-lhe crenças e desejos relativos ao observador” (Searle, 2010, p. 364). Isto porque, aquele que considera algo útil ou não, é o indivíduo que possui de fato uma mente, uma subjetividade, enquanto aquele a qual uma subjetividade é atribuída, no caso, os computadores, não é capaz de significar nada, pois trabalha apenas por meio de sintaxe e não possui semântica (Searle, 2013).

Em segundo lugar, como já dito, a tese de Dennett também sugere uma regressão ao infinito. Aqui explico em pormenor. Isto ocorre, por causa da negação dessa distinção que nós fazemos através da linguagem. Porque quando adotamos a “postura” dennettiana, essas nossas atitudes intencionais assumem que os sistemas que atribuímos crenças e desejos de fato possuem uma mente em nome da utilidade. Porém, esta descrição de mentalidade atribuída que fazemos ao adotar a postura intencional dennettiana frente aos sistemas intencionais complexos, é uma descrição intrínseca da mente desses sistemas intencionais ou é atribuída a esses sistemas intencionais? Em outras palavras, adotar uma postura intencional é um “pensamento” intrínseco, uma atitude cognitiva que nós adotamos frente aos sistemas (o pensamento de atribuir pensamento a alguma coisa) ou ele, “o pensamento atribuído” é um pensamento intrínseco do sistema intencional? Estou tendo realmente uma postura intencional agora, estou atribuindo mente a mim mesmo, ou estou tendo uma postura intencional frente a minha própria postura intencional?

Se respondo que estou sim atribuindo uma mente a um sistema que de fato tem uma mente produzida pelo seu sistema nervoso central, estarei afirmando que a descrição de mente intrínseca realmente existe, o que Dennett nega. Mas o que seria uma descrição criada por uma mente produzida pelo próprio organismo portador dessa mente? Se a ontologia não importa, então se uma descrição feita pelo próprio sistema não é uma descrição intrínseca, o que ela é? Dennett não acredita que haja este tipo de descrição de uma ontologia intrínseca de um organismo, pois nada, na opinião de Dennett é intrínseco. Porém, se aceitarmos que tenho uma postura intencional para com os sistemas intencionais e nada mais, parece que uma regressão viciosa surge aqui, pois como estou tendo uma postura frente a minha própria postura? Embora eu posso desejar “não desejar”, como por exemplo, “desejar não desejar fumar”, ainda assim, meu desejo de não fumar não é uma postura que adoto frente a mim mesmo, mas algo que ocorre em mim e me causa tal desejo de não desejar.

Em terceiro lugar, Dennett ao negligenciar a ontologia em prol da epistemologia confunde os termos que torna sua tese supérflua. Suponhamos agora que haja um grupo de filósofos advindos de uma longa tradição preocupada com o estatuto ontológico das mãos humanas. Agora imaginemos isto, acrescido da ideia de que surgiu uma explicação funcionalista sobre a mão humana. De acordo com a versão de Dennett, um funcionalista, nós nem devemos nos preocupar com a questão das mãos existirem ou não no mundo e como elas existem. Basta apenas nós adotarmos certa atitude frente aos sistemas que descrevemos como sendo “sistemas manuais”, adotando a “postura manual” para com esses sistemas. Parafraseando Dennett,

a definição de sistemas manuais não afirma que tais sistemas realmente têm mãos, mas que seu comportamento pode ser explicado e previsto quando a posse de mãos lhe é atribuída; e a decisão de adotar essa estratégia é pragmática e não está intrinsecamente certa ou errada (Searle, 2010, p. 365).

Na opinião de Searle, que eu corroboro, esta decisão é redondamente inútil. Afinal, a postura intencional para entender crenças e desejos é tão inútil quanto a atitude manual seria para que nós possamos conhecer as nossas mãos. Ao invés de analisarmos as características intrínsecas das mãos humanas para que possamos entendê-las de fato e saber do que são feitas, sua ontologia, ao adotarmos tal postura nós estaríamos apontando para outro lado: “em quais condições nos parece útil falar e agir *como se* determinado sistema tivesse estados mentais (mãos)?” (Searle, 2010, p. 365).

Por essas razões apresentadas aqui, penso que não podemos negligenciar uma ou outra visão, pois ambas parecem ser interessantes quando consideramos aspectos diversos, talvez tanto a visão ontológica quanto a epistêmica sejam importantes e não devam ser negligenciadas. Neste contraexemplo de Searle, parece ficar claro que o que importa é do que são feitas as nossas mentes no mundo real, físico, químico e biológico e não, quando é útil ou não dizer que alguém tem uma mente. No entanto, para avançarmos nessas questões as pesquisas epistemológicas são sim importantes, pois delas também, que brotam novas tecnologias que nos permitem melhorar as nossas experiências do mundo, conseqüentemente, aprimorando nossas pesquisas sobre Mente. Mas não podemos negligenciar a ontologia, o que Dennett faz. Afinal de contas, como saberemos qual é o gosto da cerveja através do desenvolvimento de um estudo feito para descobrir como podemos descobrir o gosto da cerveja? "Como" nós podemos descobrir é uma coisa e "o que" queremos descobrir é outra.

Referências

- BRENTANO, F. *Psychology from an empirical standpoint*. New York: Routledge, 1995.
- DENNETT, D. *Brainstorms: ensaios filosóficos sobre a mente a psicologia*. Tradução de Luiz Henrique de Araújo Dutra. São Paulo: UNESP, 2006.
- DENNETT, D. Intentional systems theory. In: MCLAUGHLIN, B.; BECKERMANN, A.; WALTER, S. (Eds.) *The Oxford handbook of philosophy of mind*. London: Oxford University Press, 2011. p. 01-22.
- DENNETT, D. *Consciousness explained*. Boston: Little Brown, 1991.
- DENNETT, D. *The intentional stance*. Cambridge: MIT Press, 1987.
- FILHO, M. F. R. *A consciência inexplicada: as críticas de Searle ao funcionalismo de Dennett*. 2014. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2014.
- GOLDSTEIN, L. *Lógica: conceitos-chave em filosofia*. Tradução de Luiz Roberto Salinas. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- HOFSTASTER, D.; DENNETT, D. *The Mind's I: fantasies and reflections on self & soul*. New York: Basic Books, 1991.
- HANSEN, H. Fallacies. In: ZALTA, E. (Ed.) *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*, 2015. Disponível em <<http://plato.stanford.edu/archives/sum2015/entries/fallacies>>.
- JAMES, W. *A new name for some old ways of thinking*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1975.
- MATTHEWS, E. *Mente: conceitos-chave em filosofia*. Tradução de Michele Tse. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- NASCIMENTO, E. Pragmatismo: uma filosofia da ação. *Revista Redescobertas*, v. 3, n. 1, p. 46-57, 2011.

- RUSSEL, B. William James's conception of truth. In: RUSSELL, B. *Philosophical essays*. London; New York: Bertrand Russell Foundation, 2003. p. 112-130.
- RYLE, G. *The concept of mind*. Londres: Hutchinson, 1949.
- SANTOS, G. S. de A. *A intencionalidade e a inteligência artificial no pensamento de Daniel Dennett*. 2013. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013.
- SEARLE, J. *Liberdade e neurobiologia: reflexões sobre o livre arbítrio, a linguagem e o poder político*. Tradução de Constanca Bornel. São Paulo: Editora Unesp, 2007.
- SEARLE, J. *Intencionalidade*. Tradução de Julio Fischer e Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- SEARLE, J. *Consciência e linguagem*. Tradução de Plínio Junqueira Smith. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- SEARLE, J. *O mistério da consciência*. Tradução de André Yuji Pinheiro e Vladimir Safatle. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- SEARLE, J. *Theory of mind and Darwin's legacy*. Berkeley: University of California, 2013.
- TEIXEIRA, J. *A mente segundo Dennett*. São Paulo: Perspectiva, 2008.
- WILSON, R. A. Embodied Cognition. In: ZALTA, E. (Ed.) *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*, 2011. Disponível em <<http://plato.stanford.edu/archives/fall2011/entries/embodied-cognition>>.